



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 13739.000157/88-40  
Recurso nº : 105.355  
Matéria : IRPJ - EXS.: 1983 e 1984  
Recorrente : CILAVE - LAVANDERIAS AUTOMÁTICAS LTDA.  
Recorrida : DRF - NITERÓI/RJ  
Sessão de : 18 DE FEVEREIRO DE 1998  
Resolução nº : 105-0.998

RESOLUÇÃO N°: 105-0.998

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CILAVE - LAVANDERIAS AUTOMÁTICAS LTDA.

RESOLVEM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

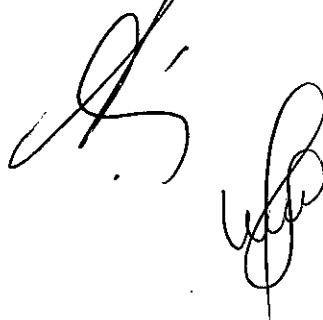
AFONSO CELSO MATTOS LORENÇO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 24 MAR 1998

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº : 13739.000157/88-40  
RESOLUÇÃO Nº : 105-0.998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JORGE PONSONI ANOROZO, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, NILTON PÊSS, CHARLES PEREIRA NUNES, IVO DE LIMA BARBOZA e JORGE PONSONI ANOROZO.

Two handwritten signatures are present. The first signature, on the left, appears to read 'J. P. Anorozo'. The second signature, on the right, appears to read 'I. de L. Barboza'.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº : 13739.000157/88-40  
RESOLUÇÃO Nº : 105-0.998

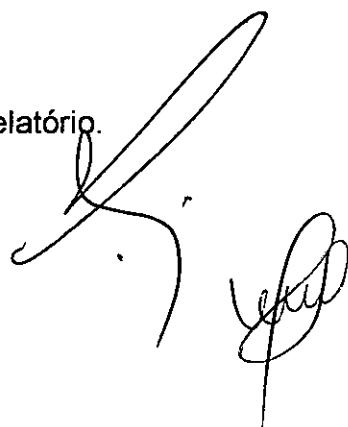
RECURSO Nº : 105.355  
RECORRENTE: CILAVE - LAVANDERIAS AUTOMÁTICAS LTDA.

R E L A T Ó R I O

Retorna o presente processo da diligência determinada pela Resolução nº 105-0.940, de 13.11.96.

Leio em sessão o voto de fls. 1512 e o item 5 da Informação Fiscal (fls. 1530) para o conhecimento de meus pares.

Este é o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. S. 1996".

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº : 13739.000157/88-40  
RESOLUÇÃO Nº : 105-0.998

V O T O

**CONSELHEIRO AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, RELATOR**

Recurso tempestivo, dele conheço.

Considero como não atendida a diligência constante do voto da Resolução nº 105-0.940/96.

Nestes termos, remeto novamente os autos à repartição de origem para o cumprimento da determinação de vista pelo prazo de 30 (trinta) dias à contribuinte, tudo para efeito de ser evitado cerceamento ao constitucional e amplo direito de defesa na esfera administrativa (art. 5º, LV, Constituição Federal).

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 12 de dezembro de 1997.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO